

## **PARECER JURÍDICO**

PROJETO DE LEI Nº 05, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025 Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros “mototaxista”, e em entrega de mercadorias “motoboy”, com o uso de motocicletas e motonetas, no município de Carmópolis de Minas/MG.

### **I- Relatório:**

Trata-se de solicitação de parecer realizada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas/MG sobre a legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 05/2025, que “PROJETO DE LEI Nº 05, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025” Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros “mototaxista”, e em entrega de mercadorias “motoboy”, com o uso de motocicletas e motonetas, no município de Carmópolis de Minas/MG.”

Não consta pedido de urgência.

Diante do exposto, passo a opinar.

### **II- Objetivo do Projeto:**

O Propositor justifica que o projeto vem para disciplinar, modernizar e regulamentar o serviço de transporte individual remunerado de passageiros em motocicletas – Mototáxi - no âmbito do Município de Carmópolis de Minas, em conformidade com as Leis Federais 12.009/2009 e 9.503/1997.

Aduz que o projeto visa possibilitar o trabalho de mototáxi no município.

Disse que o projeto foi formatado após ouvir representantes da categoria e do Poder Legislativo, acatando sugestões propostas.

Ao final, solicitou a aprovação do projeto, ressaltando a sua importância.

### **III- Fundamentação:**

Inicialmente, verificamos que o projeto analisado é de competência municipal em face do que dispõe o art. 6º c/c art. 30 inciso V, da Constituição Federal, c/c arts. 186, inciso I, c/c art. 171 da Constituição do Estado de Minas Gerais e artigo 111 e outros da Lei Orgânica Municipal.

O Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) reforça a competência municipal para dispor sobre o assunto (art. 139-B).

Inclusive o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) já afirmou:

(...) É constitucional lei municipal que regulamenta, no âmbito local, o serviço de transporte individual de passageiros e o serviço de entrega de mercadorias em motocicletas, segundo as regras gerais estabelecidas em lei federal. (TJ-MG - Ação Direta Inconst: 07873522520178130000, Relator: Des.(a) Estevão Lucchesi, Data de Julgamento: 25/10/2018, ÓRGÃO ESPECIAL, Data de Publicação: 12/11/2018)

Portanto, passamos à análise se o projeto de lei municipal observa as normas gerais estabelecidas em lei federal.

#### **a) Transporte como Direito Social**

Transporte é um Direito Social, destacado na Carta Magna, vejamos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o **transporte**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Nesta senda, ao considerar que o serviço de mototáxi e motoboy é mais barato que o serviço de táxi e que o serviço de transporte coletivo não abrange toda a cidade e nem todos os horários possíveis, garanti-lo é aproximar o cidadão de um de seus direitos sociais.

Noutro giro, devemos nos atentar ao fato de que a República traz entre seus princípios inaugurais “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”, que visa “assegurar a todos existência digna”.

Como bem disse o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

**(...) É obrigação do Município-réu fiscalizar e coibir o exercício ilegal, contudo, não lhe é dado impedir o exercício da atividade profissional por aqueles que atendam à todas as exigências legais impostas** - Confirmar a sentença no reexame necessário, prejudicado o recurso. (TJ-MG - AC: 10303140000066004 Iguatama, Relator: Heloisa Combat, Data de Julgamento: 01/12/2016, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/12/2016)

Da parte do julgado exposto, extrai-se a importância de bem delimitar os requisitos para o exercício profissional, para que o município possa melhor fiscalizar e coibir o exercício ilegal, sem se contrapor ao direito ao trabalho.

#### **b) Das exigências do projeto de lei.**

Muitas das exigências do projeto de lei, foram inspiradas Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações - Código de Trânsito Brasileiro e das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – Contran, como por exemplo a idade mínima, habilitação etc.

Lado outro, exigências como certidões criminais, encontram amparo em julgados do TJMG, vejamos:

(...) As atividades desenvolvidas pelos prestadores de serviço público de moto-táxi submetem-se ao poder de polícia estatal, motivo pelo qual devem atender às exigências legais e regulamentares atinentes à matéria. - A exigência de apresentação de certidão negativa de distribuição de execuções criminais para fins de obter o credenciamento como prestador do serviço de moto-táxi junto à Secretaria Municipal de Trânsito de Uberaba não se mostra desarrazoada, pois o Estado deve ser criterioso ao disciplinar o exercício dos direitos subjetivos, o que não fará sentido, se não puder estabelecer critérios mínimos para aferir a existência, ou não, de conduta social e moral adequada por parte dos administrados, notadamente dos candidatos ao exercício da prestação de serviços públicos. (TJ-MG - AC: 10701130457024001 Uberaba, Relator.: Ana Paula Caixeta, Data de Julgamento: 12/03/2015, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/03/2015)

Tribunal Pátrio já se manifestou também quanto à exigência de seguro, por parte do mototaxista, vejamos:

Apelação. Mandado de Segurança. Lei municipal. Exigência de seguro de vida pessoal e de terceiro para renovação da permissão do serviço de mototáxi . Constitucionalidade reconhecida pelo Tribunal Pleno. Exigência devida. Segurança denegada. Recurso não provido . **É devida e legal a exigência de contratação de seguro de vida pessoal e de terceiros, como condição para concessão e renovação da licença anual da exploração de serviço de mototáxi, tendo em vista ser baseada em Lei Municipal declarada constitucional por esta Corte.** Precedente do TJRO, em Arguição de Inconstitucionalidade n. 0003880-26.2004 .8.22.0000. (TJ-RO - APL: 00041715720138220001 RO 0004171-57 .2013.822.0001, Data de Julgamento: 28/08/2019, Data de Publicação: 06/09/2019)

Portanto, OPINO pela legalidade, juridicidade e constitucionalidade do projeto de lei, observadas considerações quanto a redação no tópico abaixo.

**a) Tramitação e Votação:**

A discussão e votação do presente projeto, deverá ocorrer em turno único conforme Art. 119 do Novo Regimento Interno.

**b) Quórum:**

O quórum exigido para a aprovação desta matéria é de maioria simples, e considerar-se-á aprovado o presente projeto, se receber os votos da maioria dos vereadores presentes na reunião, conforme art. 130 do Regimento Interno.

**c) Pareceres das Comissões Permanentes:**

A presente matéria exige parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

**d) Redação:**

No art. 2º, § 1º, a palavra avaliação foi grafada sem um “a”, entretanto, já corrigido pela emenda modificativa nº 01, que recomendo a aprovação para corrigir erro de digitação.

No art. 4º é preciso renumerar o “Parágrafo Único” haja vista a existência de um § 1º mais abaixo. O correto é considerar o primeiro como § 1º e o outro como § 2º.

No § 1º do art. 5º, a palavra autocadastrado está grafada erradamente.

No parágrafo único do artigo, consta erro, já que o art. 18 não trata de recadastramento, portanto sugere-se a alteração de “previsto no art. 18” para “previsto nesta lei.”

**IV- Do Mérito:**

O mérito do projeto, deverá ser analisado pelos senhores Vereadores, porém, verificamos que os dispositivos previstos no mesmo são compatíveis com a legislação em vigor, e que estão em harmonia com a Legislação Federal.

**V- Conclusão:**

Pelo exposto, opino pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de “PROJETO DE LEI Nº 05, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025 Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros “mototaxista”, e em entrega de mercadorias “motoboy”, com o uso de motocicletas e motonetas, no município de Carmópolis de Minas/MG.”, estando o mesmo em condições de ser apreciado e votado em sua forma original, mas podendo ser melhorado pela alteração na redação, como proposto.

É o parecer que submetemos à apreciação de V. Exa, S.M.J

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2025.

**LUCAS ABDO REIS  
OAB/MG 155.438  
ASSESSOR JURÍDICO**